

COMENTÁRIO À ENTREVISTA A TIM OATES

(<https://observador.pt/especiais/entrevista-a-tim-oates-a-primeira-ideia-errada-e-dizer-que-hoje-a-finlandia-esta-a-fazer-o-que-e-certo-na-educacao/>)

A entrevista de Tim Oates é uma pedrada no charco na situação em que se encontra o sistema educativo português. De facto, esta entrevista faz soar vários alarmes aos quais as Escolas e os governantes devem estar muito atentos. Para mim, as principais ideias a reter dessa entrevista são, na verdade, as velhas ideias de uma boa educação, seguidas por muitos professores e pais na educação dos filhos.

1) A primeira ideia a sublinhar é esta: a educação melhora quando mantemos a coerência do sistema educativo e nos limitamos e introduzir-lhe alterações que o tornem mais rigoroso e escrutinável. Uma boa educação escolar não casa com bruscas alterações curriculares, desalinhas com o percurso educativo anterior e associadas a discursos políticos incoerentes. Veja-se no que deu o intenso combate verbal à “obesidade” curricular: introduziram-se alterações que vão ampliar o número de disciplinas do currículo e dispersar a ação dos professores por um conjunto de tarefas e objetivos que dificilmente concorrem para o sucesso escolar. O atual currículo tornou-se, no dizer do professor Santana Castilho, um vazadouro para onde se despejam a “autonomia e flexibilidade”, a “Cidadania”, as “DAC”, a “inclusão”, a “educação rodoviária”, o empreendedorismo”, a “Estratégia nacional” para isto e para aquilo, enfim, agora até se pretende despejar a aprendizagem do andar de bicicleta. A confusão e a indisciplina curriculares são de tal monta que, temo, distrairão as Escolas e os professores, desfocando-os daquilo que é curricularmente essencial. Não se pode puxar os professores em diferentes direções, como diz Bill Schmidt e é verdade. Em suma, a cura da obesidade não resultou em maior magreza para o sistema mas, paradoxalmente, num aumento de peso e, concomitantemente, dos fatores de risco para a sua saúde.

2) Um boa educação também não casa com modelos de avaliação que não corresponsabilizam os avaliados (alunos) e, pior, que não os desafiam para melhores desempenhos. Mesmo no âmbito da avaliação formativa, os modelos previstos nos recentes diplomas legais apenas vieram introduzir burocracia e fazer os professores e as Escolas desperdiçarem precioso tempo de ensino. O atual modelo de avaliação afasta os professores da boa avaliação formativa de que nos fala Oates e que, essa sim, promove a aprendizagem: fazer perguntas aos alunos em aula para verificar o que sabem e permitir ao professor agir sobre aquilo que ainda não conseguiram aprender, para que todos aprendam. A boa avaliação formativa não precisa de papéis nem de formulários.

3) Para uma educação de qualidade, é absolutamente necessário o escrutínio e a avaliação externa. Só assim perceberemos (e poderemos agir corrigindo o necessário) se aquilo que seria suposto ensinar e aprender foi ensinado e apre(e)ndido. Penso que foi um erro político de monta acabar com as provas e exames nacionais, que pagaremos caro, precisamente, porque a ausência de avaliação externa coloca as Escolas e o sistema de ensino numa espécie de cone de sombra, fora do alcance da vista e de difícil escrutínio.

Subscrevo Tim Oates quando afirma que “relaxar o currículo nacional e relaxar a avaliação nunca são boas ideias”.

Há duas outras ideias nesta entrevista de Tim Oates que devem merecer a nossa atenção. Desde logo, o papel central dos professores na qualidade da educação e a aposta que deve ser feita ao nível da sua formação. Não conheço nenhuma política de reforço da qualidade da formação dos professores portugueses. Pelo contrário, as políticas recentes, não apenas deste Governo diga-se, afugentaram os professores do sistema e provocaram desinteresse dos jovens pela profissão. Corremos, assim, o risco de entrar num círculo vicioso: a falta de “clientes” leva as universidades a desinvestir na formação de jovens candidatos à profissão e estes a disporem de oferta muito reduzida, logo pouco eficaz.

Outra ideia que destaco é a constatação de que os melhores resultados escolares verificados na Finlândia, apontada como exemplo, ocorreram nos tempos em que o currículo era nacional e as Escolas tinham pouca autonomia curricular. Esta ideia contraria o atual discurso político, assente na tese de que mais autonomia e flexibilidade curricular promoverão maior sucesso escolar. Veremos se resultados escolares confirmarão ou infirmarão esta tese. Tendo mais para a segunda hipótese.

Em todo o caso, convém lembrar que no atual sistema educativo, excessivamente centralizado no que concerne aos recursos financeiros, materiais e humanos, as Escolas nunca se interessaram por ter mais autonomia curricular. E isto comprova-se facilmente, bastando observar o que aconteceu no tempo do anterior Governo, em que as Escolas com contrato de autonomia tiveram possibilidade de gerir 25% do currículo e, se não todas, a esmagadora maioria, nunca utilizaram essa faculdade. Daí que a atual solução preveja, melhor, “ofereça à força” às Escolas uma “autonomia e flexibilidade” de zero a vinte e cinco por cento.

A verdade é que o que as Escolas sempre quiseram – e nunca lhes foi concedido - foi alguma autonomia administrativa, financeira e de gestão dos recursos humanos e materiais. Do resto, “não havia nexexidade!”